

Associação de Professores de Português

>Pareceres

imprimir esta página!

Setembro de 2001 Proposta de Programas de Língua Portuguesa no Ensino Secundário PARECER DA APP

Preâmbulo

A Direcção da Associação de Professores de Português, após consulta de todos os órgãos de âmbito nacional e regional da associação e de professores implicados em revisões curriculares anteriores, e tendo presente tanto o seu parecer de Dezembro de 2000 como os resultados do diagnóstico de opiniões e práticas que envolveu mais de mil professores de Português de todo o país, levado a cabo no âmbito do projecto Português 2002, concorda genericamente com a proposta de programas de Língua Portuguesa no Ensino Secundário apresentada pelo Ministério da Educação a 12 de Julho de 2001.

No entanto, o documento em discussão merece alguns reparos. Não só há repetições e redundâncias que tornam o texto desnecessariamente extenso como, por vezes, elas são incoerentes entre si. Além disso, parece ser imperiosa a clarificação de alguns conceitos fundamentais.

Estas observações serão mais bem explicitadas nos seguintes comentários organizados de acordo com o guião proposto pelo Departamento do Ensino Secundário. Perante a posição pública do Senhor Secretário de Estado da Educação relativamente à proposta de programas, é objecto de parecer a totalidade do documento (10º, 11º e 12º ano).

Coesão e exequibilidade

No enunciado das finalidades e dos objectivos (pp.6-7) mantêm-se alguns dos problemas referidos no anterior parecer da APP. Se, por um lado, nem sempre é clara a relação entre os objectivos e as finalidades, por outro, a primeira e a segunda finalidade parecem redundantes. Destaque-se, porém, a correcção e pertinência das três últimas finalidades.

A apresentação de competências e conteúdos parece poder gerar algum desentendimento. Com efeito, o conceito de competência não é explicitado (pp.8-9), tal como não é fundamentada a diferença ou relação entre conteúdos processuais e conteúdos declarativos (p.12). As competências (pp.10-11) subdividem-se em "compreensão oral e escrita" e em "expressão oral e escrita", enquanto os conteúdos, na visão geral (pp.12-15), se subdividem em "compreensão / expressão oral", "escrita", "leitura" (leitura depois da escrita!) e "funcionamento da língua". Já no desenvolvimento do programa (pp.33-63), a oralidade é subdividida em "compreensão oral" e "expressão oral". Estranha-se ainda a ausência de conteúdos processuais no conteúdo (ou competência?) relativo ao "funcionamento da língua" (p.12, 37, 42, 47).

Entre a visão geral dos conteúdos (pp.12-15), as sugestões metodológicas gerais (pp.16-27), o desenvolvimento dos conteúdos (pp.37-47) e a gestão do programa (pp.48-63) parece haver um volume excessivo de informação repetida e, por vezes, de modo lacunar. O discurso político, por exemplo, no desenvolvimento dos conteúdos do 11º ano, aparece na "compreensão oral"(p.38) e na "leitura"(p.41), enquanto na visão geral, está apenas incluído na "compreensão / expressão oral" (p.14) e na gestão do programa (pp.55-59) nunca é referido. No caso da oralidade, os conteúdos declarativos incluídos na visão geral (pp.12,14-15) não apresentam qualquer progressão ao longo do ensino secundário, enquanto no desenvolvimento dos conteúdos é clara a progressão no tratamento da exposição oral entre o 11º (p.39) e o 12º ano (p.44). Neste contexto, afigura-se pertinente uma reestruturação do documento.

A redução e flexibilização do corpus literário é um dos aspectos que mais contribui para a

exequibilidade desta proposta de programas. Com efeito, verifica-se que, relativamente aos programas de Português B actualmente em vigor, deixa de ser obrigatória a abordagem de textos de Gil Vicente, Bocage e Cesário Verde e que é dada a possibilidade de selecção de textos de acordo com os interesses e necessidades dos alunos: poesia e contos ou novelas do séc. XX (pp.13, 36, 52, 54) e um romance de Eça (pp.14, 41, 59). Se a flexibilização do programa pode facilitar uma adequação do ensino e da aprendizagem aos alunos, a redução do corpus permitirá, não só uma melhor abordagem do texto literário, como o trabalho com uma grande diversidade de textos não-literários, orais e escritos: crónicas, verbetes de dicionários, artigos científicos, relatórios, dissertações, entre muitos outros. Porém, a redução do corpus literário, sem lugar a qualquer flexibilidade, não é significativa no 12º ano (pp.15, 46, 60-63), podendo, por isso, contribuir para o perpetuar de práticas pedagógicas actuais que urge alterar.

Relativamente aos conteúdos, causa alguma surpresa ver, quer o registo de notas unicamente nas competências (ou conteúdos?) de recepção (p.12), quer Camões lírico incluído no texto autobiográfico (pp.13, 36, 51), quer a ausência da poesia lírica no 11º ano (pp.14, 41, 55-59). Por fim, na apresentação dos recursos (p.28) parece ser mais adequado falar-se de "obras de referência" em vez de "obras de consulta" (pois, na realidade, todas são de consulta) e substituir-se "documentos escritos" por "documentos em (suporte de) papel".

Apesar de se detectar nestes programas uma pertinente preocupação com problemas linguísticos, propondo um desenvolvimento equilibrado das competências (ou conteúdos?) fundado no tratamento de diferentes tipologias textuais, as redundâncias e lacunas do programa, acima referidas, podem obscurecer a percepção destas intenções. Por isso, além de colmatar essas deficiências, importaria explicitar, na introdução ou na apresentação, o fio condutor que estrutura os programas propostos. Serão as competências / conteúdos / domínios? Serão as tipologias textuais? As questões ligadas à educação para a cidadania? Os géneros literários? A história literária? Temas? Ou será a relação entre o verbal e o visual que consta apenas da competência (ou conteúdo) de leitura?

Metodologia

As sugestões de gestão do programa (pp.48-63), embora, de algum modo, clarifiquem o que a introdução e a apresentação não explicitam (e independentemente da sua qualidade), não parece que devam integrar o programa por se tratar de planificações que, na realidade, são um trabalho da competência do(s) professor(es) da disciplina em estreita colaboração com os professores das restantes disciplinas, tendo presente o(s) perfil(s) dos alunos de cada turma. Este capítulo deveria, por isso, constituir uma publicação distinta ou, no mínimo, um anexo, depois da bibliografia, não integrado no programa.

A apresentação dos conteúdos do programa (pp.12-15, 33-47) induz, aliás, parte das necessárias orientações metodológicas gerais. São disso exemplos bons e paradigmáticos a articulação do discurso político com o Sermão de Vieira no tratamento do texto argumentativo (p.41) e a abordagem conjunta ou contrastiva d'Os Lusíadas e da Mensagem (pp.15, 46). Com efeito, para o cumprimento das finalidades (p.6), parece ser crucial promover o trabalho interactivo e de diálogo com textos de diferentes tipos, diferentes épocas e diferentes espaços. A já referida flexibilidade do programa, apesar de desigual ao longo do ciclo, permite adequar este trabalho à diversidade de alunos que frequentam o ensino secundário.

No mesmo sentido concorre o contrato de leitura, metodologia (ou actividade?) a que deveria ser dada maior importância: ela é proposta e parcialmente descrita nas sugestões metodológicas gerais (p.25), mas só na gestão do programa se fica a saber que se trata de uma actividade a desenvolver ao longo do ano e do ciclo (pp.50-63). O mesmo se passa com a oficina de escrita, metodologia (ou actividade ?) fundamental (pp. 22, 50-63) que, por carecer de um acompanhamento demorado e individualizado, obrigará a uma divisão das turmas por turnos.

Avaliação

É com enorme agrado que se regista, nas indicações gerais sobre avaliação (pp.29-32), uma sistematização inédita em programas portugueses da disciplina. Além das modalidades consagradas no DL 7/2001, são identificados e descritos instrumentos e critérios de avaliação organizados em torno das quatro competências nucleares. No caso dos instrumentos, o portefólio merece um destaque que o programa não lhe confere (pp.30-31). Já os critérios, pela sua importância, deveriam ser aprofundados (pp.31-32). Este capítulo parece pecar pela tónica na classificação, em detrimento da avaliação formativa. É de registar que não é feita qualquer referência aos exames nacionais. Tal só é

aceitável se finalmente desaparecerem os normativos sobre "matéria para exame" que tanto condicionam todo o desenvolvimento curricular.

Integração

Os programas de Língua Portuguesa do Ensino Secundário devem articular-se com os programas e as competências essenciais de Língua Portuguesa do Ensino Básico e, em especial, com o perfil de saída, no final do 9º ano. Assim, afigura-se quiçá redundante a inclusão, no secundário, da carta e do relato de vivências / experiências (pp.13, 35-36, 51), por exemplo. Em casos como este é fundamental destacar o que há de aprofundamento.

Entre os diplomas legais que regem o Básico e o documento em análise verificam-se diferenças terminológicas inaceitáveis. O que neste são competências ou conteúdos, naquele são competências essenciais gerais ou domínios. Aqui há compreensão/expressão oral, ali há compreensão do oral e expressão oral. E funcionamento da língua é diferente de conhecimento explícito?

Ao confrontar estes programas com os já homologados programas de Literatura Portuguesa, constatou-se haver, pelo menos, dois autores que estão em ambos: Camões e Eça, no entanto, nada é dito sobre a necessária articulação entre essas duas disciplinas. Também não é clara a articulação entre todos estes programas e os de Literaturas de Língua Portuguesa e de Clássicos da Literatura.

Bibliografia

Outra inovação importante deste programa é a sua bibliografia temática e comentada, incluindo textos e sítios na internet que certamente podem contribuir para um melhor entendimento e desenvolvimento dos programas. Nota-se, porém, a ausência da Terminologia Linguística dos Ensinos Básico e Secundário e uma relativa escassez de referências sobre oralidade e avaliação. Parece imperioso incluir bibliografia sobre avaliação de competências e avaliação por portefólio. Em causa própria, sugere-se a inclusão do sítio da APP na didáctica geral da língua (p.65) ou na informação sobre a língua portuguesa (pp.68-69).

Lisboa, Setembro de 2001
Associação de Professores de Português
